



Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade -

Associada ao programa de mestrado Proletras-UPE-Garanhuns -

aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS

ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499

Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

O SUJEITO NA FRONTEIRA DA IDENTIDADE

Gabriela da Paz Araújo (UEPB/PPGLI/Capes)

É importante considerar que as identidades nacionais não nascem nos seres humanos como heranças genéricas, e nem as pessoas são seres passivos de uma nação, ou seja, eles participam da ideia de nação e são os representantes da sua cultura, a qual, buscam transformá-la a partir da interação com outras culturas, logo que esse indivíduo, inserido no mundo é produtor de cultura e responsável pela configuração da história de sua época. O presente artigo objetiva investigar o entendimento sobre as mudanças sociais e culturais provocadas a partir da incorporação de culturas diversas na personalidade dos indivíduos, e como o contato com outras culturas possibilita uma autoidentificação e até mesmo a mudança de nacionalidade a partir da compreensão do conceito de “pátria”. A identidade será considerada como mutável e a língua portuguesa considerada como um exemplo desse processo, uma vez que recebe várias influências que a modifica, assemelhando-se às características culturais de seus falantes

PALAVRAS-CHAVE: Território. Identidades. Identificação.

“Pode-se dizer que a literatura funciona como um espelho que reflete a realidade, isto é, que dela obtém-se uma compreensão da história, segundo a experiência e a interpretação do escritor-narrador” (CAETANO, 2007, p. 05). É necessário, observar a literatura como um elemento transformável e transformador por contextualizar a estética literária, sociedade, indivíduos e por poder estabelecer intertextualidade com obras e personagens (reais ou fictícios) de épocas distintas, a criação literária constitui-se, neste caso, com um fator multicultural. A ficcionalidade nas obras literárias possibilita a sociedade simbolizar a sua história.

Esse amálgama identitário e cultural reforça a urgência de narrativas que apontem para a afirmação do sujeito pós-colonial e permitam, ao mesmo tempo, um processo de emancipação que redunde, inevitavelmente, em foco de mobilização e resistência desses sujeitos, que definem sua identidade pelo cultivo da arte, pela preservação de rituais, pela expressão, enfim, de uma cultura que não se pretende única, mas que se coloca entre outras, na sua diferença. Na troca que se dá a partir dessas narrativas, e não se fala aqui apenas das narrativas literárias, mas das narrativas suscitadas pela experiência diaspórica, pelas poéticas do exílio, pela história das levas de

refugiados e migrantes oriundos de ex-colônias, redefinem-se as literaturas ditas nacionais que adquirem novos matizes, sem, necessariamente, abdicarem de suas raízes (DUARTE, 2012, p.31).

A Língua Portuguesa é um elemento cultural, que ao longo do tempo se tornou alicerce identitário no espaço europeu, e nas diferenças que se construiu nos países colonizados por Portugal como idioma nacional, ou a língua oficial, mas não se configura como única língua, pois os países africanos se compõem a partir de uma variedade de línguas. Com a expansão da língua portuguesa fora do território europeu surge a lusofonia, termo esse, que denomina a disseminação da língua e da cultura entre povos de origens diversas na América, África e até em algumas partes da Ásia e da Oceania. Por ser uma força simbólico-cultural lusitana, a lusofonia, possui como ponto de partida a expansão das nações colonizadoras e a língua, ambas hegemônicas.

Os brasileiros, ex-colonizados, falam a língua portuguesa, no entanto, essa língua foi modificada com o tempo, ou seja, das nações que falam a língua portuguesa, o Brasil foi o único que conseguiu construir um português próprio, diferente dos outros países colonizados por Portugal. Angola é exemplo de pluralidade linguística e cultural, que envolve a formação cultural dos ex-colonizados. Com base nessa diversidade, Jorge afirma que:

Num país em que a diversidade linguística é uma fonte de instabilidade e de confrontações entre as diversas etnias, a existência de uma língua comum, supra-étnica, aparece como um elemento de aglutinação da Nação. Essa língua é o português falado em Angola, nascido, não de uma deformação do português, mas de uma... Reinvenção da língua (JORGE, 2006, p. 09).

Em Angola, a Língua Portuguesa foi apropriada individualmente, assim há uma combinação entre o português-padrão e a oralidade do povo angolano. Nesse caso, podemos dizer que com essa mistura, resulta-se um português angolano. Rui Duarte de Carvalho argumenta a presença da mistura que se caracteriza pela influência de outras línguas.

Se é verdade que ao traduzir e adaptar, para a minha língua, fontes da expressão oral africana, eu lhe transferi a marca da minha própria linguagem poética, também é sem dúvida verdade que, ao fazê-lo, eu estaria introduzindo as marcas de um imaginário Outro na própria língua portuguesa (CARVALHO, 1995, p. 75).

Diferente do que acontece em Portugal e no Brasil, nos cinco países africanos, o Português é apenas uma língua existente, não confere uma unidade. A língua portuguesa é utilizada como uma forma de enfrentamento do dominador. Os projetos literários buscam romper com a rigidez normativa, nesse caso, busca-se construir uma produção artística carregada de diferenças, abandonando os preceitos eurocêntricos. O interesse investigativo nessa situação é a literatura africana de língua portuguesa produzida em Angola, mas precisamente as obras: *As mulheres do meu pai* e *Nação crioula* do escritor José Eduardo Agualusa. Tal escolha decorre do entrecruzamento de saberes e da ordem cultural que as obras possibilitam, por trazerem experiências subjetivas, históricas, políticas e, de modo especial, a quebra dos paradigmas europeus quanto o que representa o angolano.

(...) o texto literário elabora-se como mecanismo teórico que se conecta a história, podendo, em função dessa conexão, ser tomado como verdadeiro. Assim, o importante não é pensar somente em termos de verdade ou falsidade, mas ampliar a compreensão das noções de verídico e de não-verídico, examinando-se os efeitos de verdade, determinando-se os elementos que, em alguma medida, se conectam à realidade histórica. Assim, uma vez que se amplia a compreensão do que seja verdadeiro ou falso, verifica-se que o discurso literário alarga o domínio do que se entende como histórico, exigindo uma revisão das fronteiras que separam ficção e realidade. Ao registrar os fatos como experiências que se constituem no plano do discurso e que podem, portanto, assumir múltiplas configurações, a obra literária mostra que toda verdade é uma construção (CAETANO, 2007, p. 05 - 06).

Os cerca de 24,3 milhões de habitantes¹ de Angola em sua grande maioria são de origem Bantu², palavra essa, que apresenta como radical *ntuque* significa homem, *Baé* indicativo de plural, assim, *bantu* significa homens, seres humanos. O povo *bantu* possuía conhecimentos técnicos, em metalurgia, agricultura e cerâmica, possibilitando com maior facilidade sua fixação em comunidades agrícolas. A partir do século XII, começa uma estruturação dos grupos étnicos formando-se reinos autônomos. Estes novos reinos se estabelecem com a centralização do poder em um chefe de linhagem denominado Mani, esse que ganhou respeito da comunidade, por ter prestígio e poder econômico. Por volta de 1400 é formado o reino do congo, que tinha autoridade sobre a maior parte do norte do território que é ocupado por Angola. O reino do Ndongongo era situado mais ao sul e habitado pelos Kimbundos, seu rei era intitulado por Ngola o qual originou o nome Angola (Cf. GRANJA, 2009).

Em 1482, os portugueses chegaram à foz do rio Zaire, localizado no extremo norte de Angola, onde estabeleceram relações comerciais com o governador local do reino do congo que incluía a comercialização de escravos. Já o reino do Ndongongo resistiu contra a presença dos colonizadores por algumas décadas, graças à rainha Njinga Mbandi, que possuía grandes habilidades políticas. Os reinos de Matamba e Kassangem manteram a sua independência até o século XIX (Cf. GRANJA, 2009).

As terras africanas eram disputadas por países mais poderosos que Portugal como a Inglaterra, a Alemanha e a França tornando-se urgente uma ocupação de território. A conferência de Berlim, realizada entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, foi responsável por organizar a ocupação da África, é diretamente após esse pacto, que coube a Portugal uma efetiva ocupação de território e difusão da cultura europeia pelo interior de Angola, resultando em uma divisão que desrespeitou todo o contexto histórico e social dos povos que habitavam o continente.

Com a implantação da tipografia no século XIX, surgiram as primeiras manifestações literárias no território africano colonizado por Portugal. O objetivo principal da publicação de boletins era informar, e divulgar normas referentes às atividades da administração colonial. Em Angola, a tipografia foi implantada em 1845. No entanto, a censura é presente quanto às vozes contrárias ao sistema colonial, e as produções, em sua maioria, se pautavam na descrição dos tipos africanos e das paisagens.

¹Quantitativo resultante do censo realizado em 16 de maio de 2014, que ainda não divulgou o resultado definitivo. O último censo datado em Angola é de 1970. Disponível em: <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1df4.aspx/> Acesso em: 14/07/2015

² Disponível em: http://www.info-angola.ao/index2.php?option=com_content&id=2653 Acesso em: 14/07/2015

Esse Material acidental e disperso tem grande importância para a história literária de cada país, pois indica, dentre outras informações, o momento em que “os da terra” começaram a publicar textos literários nas páginas desses boletins e quando se inicia a substituição dos aspectos meramente telúricos por manifestações concretas de sentimentos de pertença ao continente africano e, mais especificamente, aos diferentes espaços culturais dominados pela colonização portuguesa (FONSECA, 2008, p.18).

Nos anos 40 e 50 do século XIX, iniciou o longo processo de conscientização, relacionado posteriormente como o desenvolvimento cultural nas ex-colônias e com o surgimento de um jornalismo por vezes de cunho crítico e polêmico, dirigido a administração colonial. A realidade vivenciada pelo escritor africano, até a independência dos países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, se constitui através de duas realidades distintas: a sociedade colonial e a sociedade africana. No entanto, eles não podiam ficar alheios a essas realidades. Os escritores e as literaturas que produziam estavam inseridos em espaços diferentes, por assumirem características advindas das correntes literárias europeias e das Américas, e ao mesmo tempo com as línguas locais.

Os escritores angolanos foram parte essencial no processo de luta para a libertação de Angola, iniciando-se na “geração de 50” já do século XX, que, além dos escritores, também fizeram parte os fundadores do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, posteriormente, na “geração de 60” destacam-se escritores como: Pepetela, Luandino Vieira e Manuel Rui. A “Geração de 70” é considerada como um prolongamento da anterior, destacando-se Boa Ventura Cardoso. Esses autores são personagens reais das histórias por eles criadas, pois participaram ativamente desse projeto de construção da nação Angolana.

O intelectual africano, especialmente o escritor, ao assumir ora o papel de guerrilheiro na luta de libertação, ora a função de crítico das imposturas do período pós-independência, apresenta-se como aquele que (re)constitui um outro (e novo) olhar sobre a história. Em suas múltiplas facetas, tal intelectual é capaz de um fazer literário cuja interlocução com o real (*factum/fictione*) efetiva-se em um entrelugar, o que confere a ela um caráter de discurso político (CAETANO, 2007, p. 06).

O processo de negociação para a independência passou a ser possível com o fim do regime Fascista Português ocorrido por meio da revolução dos cravos em 1974. Assim foi feito um acordo entre líderes dos movimentos e o governo Português, mas com o desentendimento entre os movimentos: MPLA, Unita³ e a FNLA⁵, iniciando-se assim uma árdua disputa pelo poder caracterizada por um longo percurso na história marcado efetivamente pelas guerras, nessas condições, várias pessoas se deslocaram de Angola para outros países, como Portugal e Brasil, as consequências foram terríveis, pois o país perdeu uma parcela considerável de intelectuais, mão-de-obra qualificada acentuando-se assim, vários problemas econômicos e sociais (Cf. GRANJA, 2009).

³União Nacional para a Independência Total de Angola

⁵ Frente Nacional de libertação de Angola

Importa considerar a enorme contribuição para a economia global, viabilizada, na Europa, pela colonização dos países africanos. O tráfico de negros, o regime escravocrata, dispensando quase que totalmente custos com mão de obra e a política colonial que incentivava o cultivo da matéria-prima para, posteriormente, ser usada na indústria europeia, respondem pelo tempo em que a sociedade africana, submetida a tais condições, vive/viveu uma exacerbação sem precedentes de pobreza e desamparo por parte da metrópole, então descomprometida com as agora ex-colônias (DUARTE, 2012, p.33).

Os problemas agravaram-se com as guerras civis, que provocaram divergências ideológicas entre os grupos étnicos. Como consequência de tais divergências, ocorreu o aumento da população nos musseques (periferias das cidades), crescente violência, execuções constantes, crescimento da fome e da miséria, além da implantação de minas terrestres permanentes em solo angolano, que provocam mutilações até os dias de hoje. Tomando como base, a ideia de libertação e transformação, Said cita o que compreende sobre os conceitos de Fanon:

No mundo de Fanon, a transformação só pode advir quando o nativo, a exemplo do trabalhador alienado de Lukács, decidir que a colonização deve terminar – em outras palavras, deve haver uma revolução epistemológica. Apenas então pode haver movimento. Nesse momento ingressa a violência, “uma força purificadora”, que lança o colonizador diretamente contra o colonizado (SAID, 2011, p. 416, grifos do autor).

Com a independência de Angola, Agostinho Neto torna-se Presidente do país, após a sua morte em 1979, quem assume a presidência é José Eduardo dos Santos, que governa por quase trinta anos sem nunca ter sido eleito realmente. Um acordo de paz foi assinado pelo governo do MPLA e pela guerrilha da Unita e ainda convocam as eleições, para que sejam realizadas em setembro de 1992. As eleições aconteceram e José Eduardo dos Santos vence logo no primeiro turno, no entanto, Jonas Savimbi, seu concorrente, o acusa de fraudar o resultado. O segundo turno não acontece, recomeçando a guerra. Os EUA, como financiador desses movimentos, reconhecem o governo do MPLA e deixam de apoiar à Unita, enfraquecendo assim, o movimento. O governo da MPLA recebia investimentos do governo Soviético, mas com o colapso desse bloco o governo torna-se ainda mais autoritário, mas pluripartidário.

“À medida que as culturas nacionais se tornam mais expostas às influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2011, p.74). A literatura é utilizada pelos países africanos de Língua Portuguesa como ferramenta de resistência identitária contra os padrões culturais homogeneizantes impostos pelos europeus.

(...) no século XIX, quando se inicia a atividade literária em países como Angola, Cabo Verde e Moçambique, aos nossos dias, na produção literária, inscreve-se de maneira densa o peso das contribuições sobre as quais se estruturava a sociedade colonial e as suas repercussões no período que sucede à independência política conquistada nos anos de 1970 (CHAVES, 2006, p.250).

O escritor que se denomina angolano, moçambicano, cabo-verdiano, guineense e são-tomense propõe a reflexão sobre “novas estruturas transregionais, transnacionais, translinguísticas e, como consequência, transculturais” (HAMILTON, 1999, p.22). Nesse contexto, é transposto para o texto literário as impressões do escritor sobre uma sociedade que não é homogênea, pois, em uma sociedade, existe interação de grupos sociais diferentes. O sujeito inserido nessa sociedade tão diversa possui a possibilidade de escolher em qual grupo deseja participar, a partir da interação/identificação que tiver com os participantes dos grupos.

A questão da identidade só surge com a exposição a “comunidades” de segunda categoria – e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a “comunidade fundida por ideias” a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural. É porque existem tantas dessas ideias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas “comunidades de indivíduos que acreditam” que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis (BAUMAN, 2005, p.17).

A literatura tem um papel importante quanto à imagem/identidade de uma sociedade/nação. Segundo Inocência Mata (2007), o texto literário é um documento que traz representações artísticas do imaginário cultural. Nesse sentido, a literatura é considerada um objeto simbólico, por ser muito importante para a construção da imagem da sociedade.

A constituição das identidades contemporâneas não se resume ao plano local, regional, nacional, mas vai além, pois adquire uma dimensão transnacional, promovendo o que se pode chamar de um novo cosmopolitismo.

A ideia de território, de uma identidade pela região, iniciou-se com o surgimento do Estado-Nação Ocidental, passando pela Revolução Industrial. No entanto, essa visão identitária foi fundamentada por meio de dois pilares: a dominação estatal e a autoidentificação dos sujeitos. Em contrapartida, vivemos uma realidade na qual tais tipos de conceitos precisam ser urgentemente revistos. A mobilidade de pessoas, ideias, produtos e a (re)afirmação identitária são elementos integrantes de um panorama cultural que precisa ser melhor entendido. Nos países onde ocorreu a colonização, esse panorama cultural se faz mais complexo, principalmente na África pós-colonial. Segundo Moraes:

Nos países de formação colonial notadamente os da periferia ultramarina ou do capitalismo hipertardio, a questão nacional emerge com vigor num quadro de identidade problemática. A ruptura com laços tradicionais de dominação (os coloniais) implicava a construção de um novo Estado. O fato de que, na maioria dos casos, tais processos tenham transcorrido como modernizações conservadoras, não minimiza a necessidade de construir novas formas de legitimação da unidade “nacional” por outro lado, tais países também conhecem certa sociabilidade. São países que se originaram de processos de expansão territorial e ocupação de espaços (MORAES, 1991, p.168).

As questões que envolvem os debates sobre espaço e território suscitam a ideia de que os processos que os envolvem são contínuos em transformação. Nesse sentido, tomamos

como destaque a ideia da desterritorialização, processo realizado a partir da mobilidade e território como um espaço geográfico natural, delimitado por fronteiras bem definidas.

Considerações finais

Se identificar em um território, entre fronteiras, abarca a problemática identitária, no qual “aquelas formações de identidades que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas dispersadas para sempre de sua terra natal” (HALL, 2011, p.88-89). Nesse sentido, esse espaço tênue entre dois lugares é denominado de entrelugar. O sujeito que se localiza, ou tenta localizar-se em meio a fronteiras culturais difusas, não possui uma unidade cultural, por estar instaurado na estreiteza da fronteira, com um apanhado de elementos em constante movimento, que geram a consciência de um não pertencimento. O sujeito deste entrelugar é tomado pela falta de definição de qual é, afinal, sua identidade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

CAETANO, Marcelo José. *Itinerários Africanos: Do colonial ao Pós-colonial nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. v.4 Anos.IV, nº. 2, 2007.

CARVALHO, Ruy Duarte de (1995) *Tradições orais, experiências poéticas e dados de existência*, in Laura Cavalcante Padilha (org.), *Repensar a Africanidade*, Niterói: Imprensa Universitária da Universidade Federal Fluminense, pp. 69-76.

CHAVES, Rita (2006). *Angola E Moçambique: Experiência Colonial E Territórios Literários*. Disponível em: <http://bit.ly/MlkV95>. Acesso em 20 de julho de 2015.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

DUARTE, Zuleide. *Outras Áfricas: elementos para uma literatura da África*. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massanga, 2012.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais* – Belo Horizonte: Editora UFMG: Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JORGE, Manuel(2006) *Nação, identidade e unidade nacional em Angola*. Conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano in *Latitudes – CahiersLusophones*, nº 28, Dezembro, p. 3-10.

SAID, Edward. *Orientalismo: Oriente como reinvenção do Ocidente*. Tradução RosauraEichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____ *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.